

**LEI Nº 1.869, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012**

*Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro eventual para os fins que especifica.*

O povo do Município de Piúma, por seus representantes legais, aprovou e o Prefeito, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro eventual a Julia Santos de Miranda, com o objetivo de custear tratamento de sua saúde, conforme consta do processo administrativo nº 209/2012.

§ 1º O valor do auxílio correspondente a R\$ 538,80 (quinhentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), e será repassado à beneficiária em 3 (três) parcelas mensais no valor de R\$ 179,60 (cento e setenta e nove reais e sessenta centavos) cada uma.

§ 2º A beneficiária deverá prestar contas do valor recebido por meio de nota fiscal ou recibo, emitidos pelo fornecedor, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação 008001.1030208002.256-333904800000 (ficha 56, fonte 2301), consignada no orçamento corrente.

**Parágrafo único.** Uma vez que haverá transposição dentro do próprio orçamento do Município, são desnecessárias as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e da sua fonte de custeio.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Piúma, 16 de fevereiro de 2012,  
48º aniversário da emancipação político-administrativa.

**José Ricardo Pereira da Costa**  
Prefeito

PUBLICADO NA FORMA DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO